

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.057 - PR (2019/0290430-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : MARCIO MARQUES REI E OUTROS
ADVOGADOS : MARCIO MARQUES REI - PR050271
LUIZ CLAUDIO EGYDIO DE CARVALHO - PR024065
LUIZ HENRIQUE DE ÁVILA EGYDIO DE CARVALHO - PR082390
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : VALMIR AUGUSTO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VALMIR AUGUSTO DA SILVA em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – ABSOLVIÇÃO DO RÉU E DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA DA RÉ PARA AQUELA PREVISTA NO ART. 28 DA LEI DE DROGAS – RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE PRETENDE A CONDENAÇÃO DOS DOIS RÉUS POR TRÁFICO DE DROGAS – EXISTÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS QUANTO À PRÁTICA DO DELITO – CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA QUE A DROGA APREENDIDA SE DESTINAVA AO COMÉRCIO – VALIDADE DO USO DOS DEPOIMENTOS POLICIAIS COMO PROVA – PRECEDENTES – EXISTÊNCIA DE 10 NARCODENÚNCIAS INDICANDO O ENDEREÇO DA RÉ, A MARCA, MODELO E PLACAS DO VEÍCULO DO RÉU, ALÉM DE SEUS NOMES E APELIDOS – COMPROVAÇÃO DO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES QUE IMPEDE O ACOLHIMENTO DAS TESES ABSOLUTÓRIAS E DESCALSSIFICATÓRIAS TRAZIDAS PELA DEFESA – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, COM A CONDENAÇÃO DE AMBOS OS RÉUS POR TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Narram os impetrantes que o Tribunal de origem *impeliu, como faz de costume, ao início imediato de cumprimento da execução penal, seguindo orientação recente deste Tribunal, medida que é atacada por ora* (fl. 5).

Salientam que o paciente encontra-se na iminência de sofrer constrangimento ilegal em seu direito de locomoção, uma vez que o Tribunal de origem, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, chancelou a ameaça ilícita investida contra o *jus libertatis* do paciente.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para garantir ao paciente o direito de permanecer em liberdade até o trânsito em julgado do processo-crime nº 7891-60.2016.8.16.0044/PR.

É o relatório.

DECIDO.

Depreende-se dos autos que busca a defesa seja impedida a execução provisória da pena.

A Sexta Turma desta Corte firmou entendimento, ao apreciar o HC 352.845/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 26/04/2016, DJe 03/05/2016, adotando orientação fixada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (HC 126.292/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, de 17/2/2016, DJe 17/5/2016), segundo o qual a execução provisória da condenação penal, na ausência de recursos com efeito suspensivo, não viola o constitucional princípio da presunção de inocência.

Desse modo, prolatado o julgamento por Tribunal de Apelação, e ausentes recursos especial ou extraordinário com casuísticos efeitos suspensivos concedidos – por cautelar ou *habeas corpus* –, é possível a execução provisória da pena.

Na espécie, informa-se o exaurimento da instância ordinária, porquanto foi interposto recurso especial (fl. 6).

Nesse contexto, a expedição de mandado de prisão não implica constrangimento ilegal ao direito de locomoção da paciente. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. ART. 158, § 1º, DO CP. NULIDADE. RENÚNCIA DO MANDATO DO ANTIGO DEFENSOR. OUTORGA DE PROCURAÇÃO A UM NOVO ADVOGADO. JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTIMAÇÃO DIRIGIDA AO ANTIGO PATRONO. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. DESCONSTITUIÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. POSSIBILIDADE. REVOGAÇÃO DO MANDADO DE PRISÃO. EXAURIMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. CABIMENTO.

[...]

4. Não existe óbice à determinação de expedição de mandado de prisão para execução provisória da pena, porque, mesmo havendo a desconstituição do trânsito em julgado, as instâncias ordinárias já foram esgotadas.

5. Ordem concedida tão somente para anular o processo a partir do julgamento dos Embargos de Declaração n. 0020535-35.2014.8.15.0011, desconstituindo-se o trânsito em julgado do feito, devendo-se proceder à intimação do advogado constituído pelo paciente acerca do respectivo acórdão dos aclaratórios, restituindo-lhe o prazo para a interposição dos recursos cabíveis. (HC 507.487/PB, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS

JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 18/09/2019)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. LAVAGEM DE DINHEIRO. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CONDENAÇÃO À PENA DE 13 ANOS, 9 MESES E 15 DIAS DE RECLUSÃO, EM REGIME INICIALMENTE FECHADO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. ENCERRAMENTO DO JULGAMENTO PERANTE AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. PLEITO DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. ART. 318-A DO CPP. INAPLICABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. PRESSUPOSTO AUSENTE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, entendeu que A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal (STF, HC n. 126.292, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe 17/5/2016). Tese confirmada pelo Pleno da Suprema Corte, em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADCs ns. 43 e 44), na sessão do dia 5/10/2016. Interpretação conforme a Constituição, dada pelo STF, ao art. 283 do CPP. Ressalva, no ponto, do entendimento do Relator. Inocorrência da alegada reformatio in pejus. Precedentes.

2. Na espécie, o paciente foi condenado à pena de 13 anos, 9 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 1º, da Lei n. 9.613/1998 e 22 da Lei n. 7.492/1986, ambos na forma do art. 71 do Código Penal, art. 16 da Lei n. 7.492/1986 e 288 do Código Penal. Em grau de apelação, foi mantida incólume a sentença. O relator consignou que "encerrada a jurisdição criminal de segundo grau, deve ter início a execução da pena imposta, independentemente da eventual interposição de recurso especial ou extraordinário", conclusão reiterada no julgamento dos embargos de declaração opostos. Não há notícia de novos recursos perante a Corte Regional Federal.

3. Desse modo, **tendo em vista que, com o encerramento da jurisdição das instâncias ordinárias** (bem como a análise dos fatos e provas que assentaram a culpa do condenado), **é possível dar início à execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação, sem que isso importe em violação do princípio constitucional da presunção de inocência, não há constrangimento ilegal na determinação contida no acórdão que julgou a apelação, em tal sentido.**

[...]

6. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 532.047/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 24/09/2019)

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Comunique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

